

# PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE PROMOVER DISCUSSÕES DO TEMA HOMOSSEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

## PERCEPTIONS OF TEACHERS ON PROMOTING DISCUSSIONS OF THE THEME HOMOSEXUALITY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Élvio Costa<sup>1</sup>  
Andréia Osti<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo objetivou conhecer as percepções de professores e supervisores da educação profissional sobre promover discussões do tema homossexualidade no ambiente escolar. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram o questionário online aplicado a 80 professores e entrevista semiestruturada a 2 supervisores educacionais de uma Instituição de Ensino Profissional do Estado de São Paulo. Os resultados mostram que 31% dos participantes revelam que as temáticas acerca da homossexualidade na escola não geram constrangimentos, apresentando uma visão mais otimista sobre o tema em pauta, pois o que deve prevalecer é o respeito das múltiplas facetas da diversidade, sejam elas humanas, de opiniões e sexualidades, enquanto 27% afirmam que discutir tal temática pode trazer constrangimentos. Desse modo, foram identificadas duas formas de pensar: uma a favor da discussão e a outra que o tema é polêmico e constrangedor, devendo ser abordado apenas pelos pais e não pela escola. Para 38% dos participantes o tema pode talvez gerar constrangimento, principalmente se o tema não for tratado e abordado de forma adequada, por profissionais capacitados. E, por fim, apenas 4% não souberam responder a tal questionamento. E, sobretudo pode-se concluir quanto à importância de ampliar o entendimento sobre o universo homossexual, além de responder de maneira adequada às dúvidas e questionamentos dos alunos, pais, funcionários de escola e professores.

**Palavras-chave:** Educação profissional. Percepções de professores. Homossexualidade.

### ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Unesp de Rio Claro, Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara. Professor de Ensino Médio e Técnico na Etec Professora Anna de Oliveira Ferraz de Araraquara, e Professor de Ensino Superior das Fatecs de Taquaritinga, Matão e Araraquara - Centro Paula Souza. Email: elviocosta@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora na UNESP - Universidade Estadual Paulista e credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Representações, Aprendizagem, Leitura e Escrita - GEPRALE (UNESP). Contribuição de autoria: Planejamento, adequação metodológica e revisão do texto. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5060520291120371> E-mail: andreia.osti@unesp.br

The present study aimed to know the perceptions of teachers and supervisors of professional education about promoting discussions of the topic of homosexuality in the school environment. The data collection instruments used were the online questionnaire applied to 80 teachers and semi-structured interviews with 2 educational supervisors from a Professional Education Institution in the State of São Paulo. The results show that 31% of the participants reveal that the themes about homosexuality at school do not generate constraints, presenting a more optimistic view on the theme, as what should prevail is respect for the multiple facets of diversity, be they human, of opinions and sexualities. On the other hand 27% affirm that discussing this topic can bring embarrassment, thus, two ways of thinking were identified: one in favor of the discussion and the other that the topic is controversial and embarrassing, and should be addressed only by parents and not by the school. For 38% of the participants, the topic may perhaps cause embarrassment, especially if the topic is not addressed and addressed in an appropriate manner, by trained professionals. And, finally, only 4% did not know how to answer this question. And, above all, one can conclude about the importance of expanding the understanding of the homosexual universe, in addition to responding appropriately to the doubts and questions of students, parents, school staff and teachers.

**Keywords:** Professional education. Teachers' perceptions. Homosexuality.

## INTRODUÇÃO

É notório que a escola constitui um dos principais espaços de formação para a cidadania e de socialização de crianças, jovens e adolescentes. Porém, no que tange à sexualidade e à orientação sexual, a mesma, exerce um forte silenciamento acerca dessas temáticas, demonstrando visivelmente a dificuldade de lidar com as diferenças. Tal fragilidade impede que a escola contribua com o fortalecimento de uma sociedade que valoriza e respeita a diversidade. Para Foucault (2007) a escola é estruturada em saberes hegemônicos e exerce o papel de reprodutora da normatização, pois é nesta instituição que o sujeito passará a maior parte de sua formação para a vida adulta (CÉSAR, 2009). Conforme Foucault (2007) os primeiros colégios jesuítas possibilitavam a construção de um corpo disciplinado, toda ação pedagógica objetivava normalizar o comportamento das pessoas, a estrutura dos quartos dos estudantes eram como pequenas clausuras, as salas de aulas como pequenos quartéis para a transmissão da verdade sobre o corpo, tudo isso com a finalidade de produzir corpos disciplinados.

Por conseguinte, Louro (2014) elucida que a escola, pode se configurar de forma doutrinária como reprodutora do pensamento disciplinar sobre a sexualidade dos indivíduos,

não somente por meio de seus métodos pedagógicos de ensino, como também no que se refere a sua arquitetura. Assim, de acordo com a autora, sua eficácia fundamenta-se não somente na produção oral e escrita de um saber-poder sobre o corpo, mas também em toda a configuração arquitetônica que limita, codifica e configura o trânsito dos sujeitos. Diante disso, verifica-se que não se pode negar o poder do processo de escolarização frente à doutrinação do prazer e do desejo. De acordo com César (2009) os corpos que passam por esse processo de escolarização tornam-se corpos que possuem desejos e afetos, e vivenciam suas práticas sexuais dentro de todo o saber-poder transmitido pelo arcabouço denominado científico. Portanto, a disciplinarização da sexualidade acontece em todo momento no ambiente escolar, por meio da arquitetura da escola, do currículo, das práticas pedagógicas, do corpo docente, do silenciamento em abordar a temática, e até mesmo nos métodos de coerções.

Tal disciplinarização, acontece por meio de várias tecnologias de regulação dos corpos e sexualidades no processo de escolarização. Nesse sentido, o estudo de Prado (2014), apresenta uma análise dos processos e as relações nas aulas de educação física, atestando que tal disciplina se constitui dentro de uma perspectiva heteronormativa em que se perpetua a divisão binária do gênero. Ainda nesta direção, Silva (1999) revela que a própria dimensão curricular da escola é estabelecida a partir de uma perspectiva de controle, por exemplo, em suas análises, o currículo é considerado como uma estratégia de poder que vai construir determinado tipo de identidade e, quando se trabalha com a reflexão sobre as sexualidades, a identidade preconizada é pautada no ideal da heterossexualidade.

É importante destacar, que a investigação de Silva (2016) abordou sobre a produção de conteúdos realizados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a fim de refletir sobre a urgência da atualização de professores e profissionais da educação no que tange a essa temática de sexualidade. Tal formação, tinha como intuito desconstruir e desestabilizar a tradição binária que compreende as sexualidades sob o viés biológico/essencialista/heterossexista, possibilitando um ambiente escolar receptivo à diversidade e a pluralidade das pessoas.

Nesse contexto, de acordo com uma pesquisa realizada, em 2009, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo (USP), verificou-se que as principais vítimas de *bullying* e discriminação no ambiente escolar eram os

homossexuais, os negros e os pobres. Esse estudo, também, mostrou que nessas escolas com alto índice de preconceito contra esse público minoritário, o desempenho médio dos alunos nas disciplinas de português e matemática era menor. É importante, ressaltar que pesquisas internacionais, também revelam que a discriminação interfere diretamente no desempenho escolar e no bem estar de estudantes. Nessa direção, um estudo empreendido por cientistas da Universidade de Illinois no ano de 2009, constatou que esses alunos, estavam mais propensos a faltarem às aulas, a fazerem uso de drogas, a se sentirem deprimidos e adotarem comportamentos suicidas, comparando-se com os outros estudantes.

Dessa forma, fica nítido o crucial papel da escola, em contribuir na criação de um clima saudável e positivo, minimizando o preconceito. Para tanto, temas como sexualidade, homossexualidade, orientação sexual e diversidade devem fazer parte das rotinas escolares e pedagógicas. Assim o objetivo central deste estudo é conhecer as percepções de professores (as) e supervisores da educação profissional sobre promover discussões do tema homossexualidade no ambiente escolar. No Brasil, a inserção dessas temáticas, ainda não é uma realidade nas escolas, o que se verifica é um movimento de pressão por omissão e silenciamento desses temas no ambiente escolar. Tais questões, são limitadas a trabalhos pedagógicos desenvolvidos nas aulas de Ciências e Biologia, onde se apresenta normalmente uma visão essencialista e naturalizante que associa a sexualidade aos conceitos biológicos de macho e fêmea. No entanto, pensamos ser fundamental ir além dos conteúdos curriculares, é necessário avançar por meio de uma criticidade, pautada nos direitos humanos, sexuais e reprodutivos.

Nesta perspectiva, a escola possibilitará que os alunos expressem suas visões de mundo, seus questionamentos e dúvidas sobre os temas comuns nessa importante fase da vida. Além de oportunizá-los a compreender as questões relacionadas a homossexualidade, gênero e orientação sexual. Neste sentido, o trabalho publicado em 2009 pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade em Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), denominado de “guia gênero e diversidade na escola” em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e com as secretarias de Políticas para Mulheres e de Igualdade Racial, identificou que as situações de desigualdade no ambiente escolar devem ser abordadas pelas equipes pedagógicas das escolas, para permitir condições de equidade de acesso e aprendizagem.

Segundo Oliveira Júnior e Maio (2013) é difícil abordar sobre homossexualidade em sala de aula, pois trata-se de um tema, ainda, bastante “reprimido” na sociedade e, pode ocasionar constrangimento por parte de alguns alunos, além de gerar conflitos de ordem “ideológica” entre a escola e os pais. Os autores, acrescentam ser crucial capacitar os professores, a fim de favorecer o fortalecimento da educação sexual na escola, focando essencialmente em assuntos acerca da homossexualidade e do lesbianismo, favorecendo a possibilidade de uma relação humana mais justa e igualitária. Nesta direção, Siqueira (2012) alerta que é desafiador abordar sobre a diversidade sexual no ambiente escolar, pois trata-se de um tema polêmico. Para tanto, conforme Brasil (2007) o MEC elaborou um material intitulado de “Gênero e Diversidade sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos”, tendo em vista que a escola brasileira se configura em um lugar de opressão, discriminação e preconceito. Tal fato, é notado diariamente no interior das escolas, onde os alunos que fogem da heteronormatividade, são constantemente vítimas de *bullying*, acarretando constrangimentos, conflitos e evasão escolar.

A escola é considerada, conforme Brasil (2013), o principal ambiente onde as pessoas manifestam suas sexualidade, em especial, na adolescência. Assim, a adolescência é considerada a fase de maiores transformações na vida da pessoa, tanto nas dimensões biológicas, psíquicas, sociais e até mesmo sexuais. Pois é nesta fase, que os adolescentes se deparam com a modificação do seu corpo, e começam a surgir os instintos sexuais e o interesse do prazer sexual com outra pessoa. Frente a isso, quando um jovem se percebe homossexual, muitas vezes acaba se isolando socialmente, devido ao medo de enfrentar as consequências do preconceito da sociedade. Diante disso, é notória a preocupação e urgência em promover discussões sobre a homossexualidade no ambiente escolar, haja visto, que muitos professores se sentem inseguros em abordar tal temática, pois não possuem conhecimento e arcabouço teórico necessário para argumentar e tampouco responder os questionamentos dos alunos.

Diante dessa problemática, segundo Wenez, Stigger e Meyer (2013) a escola é o lugar prioritário para se discurtir sobre a sexualidade. Nesse contexto, os professores precisam estar preparados para responder possíveis dúvidas dos alunos no que se refere a esse tema. Além do mais, para Carvalho e Sívori (2017) o ideal é que todos os profissionais da educação estimulem e disseminem o respeito a toda e qualquer forma de diversidade humana, inclusive

à sexualidade, favorecendo a formação de cidadãos mais éticos, respeitosos e educados para com todos, incluindo os homossexuais.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo consiste em uma pesquisa qualitativa e descritiva. Para a coleta de dados optou-se pelo uso de dois instrumentos: questionário e entrevista semiestruturada. Ressalta-se que o questionário foi aplicado com 80 professores da educação profissional de uma Instituição de Ensino Profissional do Estado de São Paulo, composta por duas questões abertas. Enquanto a entrevista foi realizada com dois supervisores educacionais, sendo que ambos permitiram a gravação da entrevista, perfazendo um total de 82 participantes. A participação de todos foi voluntária, os 80 participantes do questionário foram identificados como P01, P02, P03...P80, e os dois supervisores que participaram da entrevista foram denominados como S01 e S02.

O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos (CEP) do Instituto de Biociências - Unesp/Campus de Rio Claro e, foi aprovado em 10 de abril de 2019, sob o número do parecer 3.255.918. Todos os participantes expressaram concordância de espontânea vontade em participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tal como previsto na Resolução 510/16.

Os dados coletados por meio do questionário e da entrevista foram analisados utilizando-se da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016) que consiste em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. E os resultados foram organizadas em uma única categoria de análise: Discussão sobre o tema homossexualidade no ambiente escolar.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O presente trabalho visa expor as percepções dos participantes quanto à discussão acerca da homossexualidade na escola, e se tal debate pode gerar ou não algum tipo de constrangimento. Constatamos que para 31% dos participantes as temáticas acerca da

homossexualidade na escola não geram constrangimentos, 27% afirmam que sim, 38% alegam que talvez e 4% não souberam responder.

Na percepção dos participantes (31%) que afirmam não haver constrangimento em discutir sobre homossexualidade na escola, percebe-se uma visão mais otimista sobre a temática, pois o que deve prevalecer é o respeito das múltiplas facetas da diversidade, sejam elas humanas, de opiniões e sexualidades. A seguir apresenta-se os argumentos que justificam tal perspectiva.

“Não gera constrangimento pois antes da orientação sexual vem o sujeito, o indivíduo” (P13)

“Não gera constrangimento, pois as pessoas devem ser orientadas a respeitar as diversidades e que inclui a opção de gênero” (P15)

“Temos desenvolvido temáticas sobre diversidade na nossa escola, e tem sido tranquilo e com muita naturalidade” (P16)

“Não acredito que haja constrangimento. É um tema que deve ser debatido amplamente. As referências que temos é de que nossa escola sabe lidar bem com essas questões, respeitando a diversidade de opiniões e orientação sexual” (P31)

“De forma alguma, pois o tema permite o diálogo em relação à diversidade, promovendo respeito e igualdade de todos. Em meu pensamento, constrangimento corresponde ao preconceito, bem como o silêncio em face ao assunto” (P38)

“Ao meu ver este tema deveria ser tratado com mais frequência nas escolas, a fim de orientar, cuidar e informar toda comunidade escolar” (P43)

“Em minha opinião não pode e não deve gerar nenhum constrangimento devido ser um tema plural, devendo haver respeito pelas pessoas na escola, na sala de aula ou em qualquer lugar” (P70)

Tal visão positiva, em promover discussões sobre a homossexualidade na escola corrobora com os resultados do trabalho de Barreto e Araújo (2016), pois de acordo com as autoras muitos alunos não conseguem perceber qual a sua orientação sexual, devido à dificuldade de autorreconhecimento de sentir interesse e atração por pessoas do mesmo sexo. Nessa linha de raciocínio, Mott (2003) alega para que os alunos possam se reconhecer como homossexual ou não, precisam primeiramente entender o que é a homossexualidade. Diante disso, para esse autor, a escola deve procurar saber se o aluno ou aluna que acredita ser homossexual tem dúvidas em relação à sua orientação sexual.

Nesse contexto, para Louro (2005) a escola não pode ignorar a presença desses alunos (as), relegando-os (as) a uma ‘zona de silêncio’. A autora, também, enfatiza que não se deve,

simplesmente, encaminhar esse (a) aluno (a) homossexual para outros profissionais, por exemplo um (a) psicólogo (a). Uma importante ação que pode auxiliar esses estudantes que acreditem ser homossexuais, é a escola promover formações, debates e discussões sobre o tema. Em relação a isso, Reiss (1997) assinala que existem poucos temas tão problemáticos e polêmicos para o ensino quanto a discussão sobre diversidade e orientação sexual. Ele considera que esse é provavelmente o motivo pelo qual a maioria das escolas não ensinam e tão pouco discutem acerca da orientação sexual. Portanto, esse autor argumenta ser crucial as escolas organizarem tais discussões, pois toda a comunidade escolar precisa conhecer sobre esse tema, pois ter informações corretas podem ajudar a combater mitos e estereótipos, e conseqüentemente diminuir a homofobia.

Em contrapartida, 27% dos participantes enfatizam que promover discussões sobre homossexualidade no ambiente escolar podem gerar constrangimentos. Foram identificadas duas formas de pensar: uma a favor da discussão e a outra que o tema é polêmico e constrangedor. A primeira forma trata-se dos que acreditam ser fundamental estabelecer amplos debates sobre essa temática dentro da escola, mas por meio de suas vivências e experiências no ambiente escolar percebem que os constrangimentos serão inevitáveis, seja por parte dos alunos, professores, pais e até mesmo da equipe gestora, tal como exposto por eles:

“Infelizmente no ambiente escolar muitos alunos, gestores e principalmente professores não se sentem à vontade para discutirem esse tema” (P05)

“Porque pessoas ignorantes, ainda, carregam a imagem distorcida que homossexuais são promíscuos, influenciando negativamente o ambiente escolar” (P06)

“A escola, como todo restante da sociedade, possui uma grande diversidade cultural e ideológica, carregam preconceitos e tabus. Diante disso, é importante discutir essas temáticas na escola, embora gerem constrangimentos, mas ajuda a desconstruir a formação e a proliferação de preconceitos” (P17)

“Algumas pessoas ainda tratam o tema com intolerância ou incompreensão, manifestando reações que podem constranger os indivíduos com diferentes orientações sexuais, porém acho importante essa discussão, mas nós professores não estamos preparados para isso, e também não tem materiais didáticos disponíveis para nos dar apoio” (P23)

Abordar temáticas relacionadas à gênero e sexualidade no ambiente escolar não é uma tarefa fácil, pois atualmente ainda existem muitos preconceitos e estereótipos por parte de alguns alunos, pais, professores e gestores. Em se tratando de professores (as), uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no ano de 2004 identificada como “Perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam”, 59,7% dos participantes consideraram inadmissível ter experiências homossexuais. A não aceitação de práticas homossexuais por parte desses (as) professores (as) reflete a dificuldade que esses profissionais têm para entender a existência de outras formas de vivenciar a sexualidade além da heterossexualidade. Tal dificuldade pode representar uma das razões pelas quais existe uma predisposição dos (as) professores (as) em trivializar as atitudes discriminatórias contra alunos (as) percebidos (as) como homossexuais, visto que “consideram que as brincadeiras não são manifestações de agressão, naturalizando e banalizando as expressões de preconceitos” (CASTRO, ABRAMOVAY, SILVA, 2004, p. 289).

Outro aspecto interessante apresentado por dois participantes (P05 e P23) é o baixo preparo dos professores em abordar temáticas relacionadas à gênero e sexualidade em sala de aula, sendo necessário investir, paulatinamente, na formação inicial e continuada dos docentes no que tange à gênero e sexualidade e suas áreas correlatas. Portanto, promover discussões estruturadas acerca da homossexualidade na escola, contribuirá na redução de ações e práticas do preconceito em relação a essa minoria sexual. Além da falta de materiais didáticos que subsidiem esse referencial teórico. Tal carência de material acessível foi observada por Andrade (2004) que investigou sobre a abordagem da orientação sexual em livros didáticos e paradidáticos de Ciências e Biologia e identificou que o tema não é frequente nesses livros.

Embora os (as) professores (as) possam se ressentir da falta de bibliografia acessível, isso não deve ser um empecilho para quem realmente deseja abordar o tema, pois podem obter por meio de outras fontes de informação. Assim, a escola desempenha um papel fundamental na compreensão do respeito e aceitação da diversidade. Além do mais, uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, conseqüentemente favorecerá na redução da exclusão, da segregação e da discriminação. Nesse contexto, o (a) professor (a) precisa reconhecer suas dificuldades e preconceitos e, sobretudo desfazer estereótipos e mitos sobre a

diversidade humana, além de perceber a riqueza que trazem para a escola (BARRETO; ARAÚJO, 2016).

A segunda forma de pensar, consiste nos participantes que assumem que o tema é polêmico e constrangedor, portanto sugerem que discussões pautadas em gênero e sexualidade sejam evitadas, pois para muitos isso é responsabilidade dos pais:

“Percebo comentários dos professores e até da direção escolar sobre alunos homossexuais, por isso acho que isso pode causar constrangimento, e além do mais esse assunto deve ser discutido em casa com a família e não na escola” (P19)

“O preconceito existe dentro e fora da escola, por isso acho que discutir esses temas na escola será ainda mais combustível para gerar ódio e discriminação contra pessoas homossexuais” (P24)

“A família tradicional brasileira quer que a escola ensine conteúdos, pois os valores e a educação sexual é de responsabilidade dos pais” (P40).

“Sou fiel a minha religião, por isso não compartilho ser importante debater sobre esses assuntos na escola, para não haver doutrinação” (P45)

“Respeito todas as diversidades, culturais, crenças e características das pessoas, inclusive sou contra qualquer tipo de *bullying*, mas acredito que esses assuntos não seja papel da escola e sim da família” (P67)

A (homo) sexualidade é um assunto presente nas diversas áreas de conhecimento humano. Sendo assim, temas ligados à sexualidade e à diversidade sexual fazem parte do cotidiano dos indivíduos, seja de forma explícita ou velada. No entanto, tal familiaridade com o tema não o torna um assunto fácil ou tranquilo de ser abordado tanto pela família quanto no ambiente escolar. Acreditamos que discutir sobre essa importante temática seja responsabilidade dos pais, mas também da escola, uma vez que a temática diz respeito ao direito da pessoa, e pela instituição poder assumir um papel preponderante na abordagem adequada sobre esse assunto, já que possui o conhecimento científico como prerrogativa do ensino, diferente da família que muitas vezes se pauta apenas no conhecimento religioso.

Assim, sabemos que os pais são os principais formadores educadores dos filhos, uma vez que desde que nascem, as crianças são por eles influenciadas no que tange as instruções de como ser homem ou mulher no mundo. Tais instruções consistem na educação sexual, porém quando as crianças crescem, principalmente na adolescência surgem diversos

questionamentos sobre a sexualidade, para tanto, a família precisa estar preparada para orientar de forma aberta e adequada os seus filhos, assim como a escola.

Embora, sabemos que falar sobre sexo é difícil, pois ainda é um tabu para muitos, é importante os pais terem essa disposição para apoiar e transmitir segurança aos jovens adolescentes. Neste sentido, para Almeida e Centa (2009) é crucial que a sexualidade seja discutida o mais precoce possível, pois é um assunto que pode gerar ideias e interpretações contraditórias. Entretanto, discuti-las desde cedo, favorece as crianças e adolescentes cultivarem hábitos saudáveis no que concerne à sexualidade e para o entendimento mais tolerável, quando não concordamos com a orientação sexual de uma pessoa. Pensamos ser fundamental esclarecer que a educação sexual não se trata de ensinar os jovens a fazerem sexo ou estimulá-los a assumirem uma determinada orientação sexual, a educação sexual fala de amor, de prazer, afeto, relacionamento, assim como de prevenção seja de doenças ou gravidez, conhecimento e respeito do próprio corpo. Sua compreensão é importante para que as pessoas vivam de uma forma mais saudável, prazerosa, tanto física quanto emocionalmente. Além de ser necessário na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez precoce (ALMEIDA; CENTA, 2009).

Por outro lado, a escola também tem um papel fundamental na formação holística dos alunos. Com isso, consideramos que a educação sexual precisa ser uma ação conjunta entre a família e a escola. Nesse universo, de acordo com Njaine (2011) e Louro (2014) as escolas enquanto instituições seculares são referências para a construção da identidade de meninos e meninas, posteriormente, os adolescentes reproduzem esses referenciais de masculinidade e feminilidade tidos como padrões pela sociedade.

Ainda, no que tange à discussão acerca da sexualidade no espaço pedagógico da escola, Saito & Leal (2000) e Louro (2014) advertem ser necessário que os gestores e professores estejam preparados para realizar tal abordagem. E, sobretudo acrescentam que tais discussões não precisam ser somente nas disciplinas de Ciências ou Biologia, mas sim que todas as disciplinas devem assumir essa responsabilidade, inclusive esses assuntos podem ser desenvolvidos por meio de ações integradoras e projetos interdisciplinares, envolvendo toda a comunidade escolar.

Para a maioria dos participantes (38%), desta pesquisa, discutir sobre homossexualidade na escola talvez possa gerar constrangimentos. Nesse cenário, segundo

S01, dependendo naturalmente da tratativa que a escola dá ao tema, pode gerar tais constrangimentos. Para esse participante, tal tratativa não significa somente fazer uma boa abordagem teórica sobre o assunto por meio de palestras, mas sim de ações efetivamente realizadas pela escola diante de um posicionamento da ocorrência de homossexualidade do aluno e até mesmo de professores (as). Inclusive, menciona um exemplo, quando um professor ou gestor escolar vê dois meninos ou duas meninas se beijando dentro da escola, como se estabelece as diferenças entre um relacionamento heterossexual e homossexual, pois para ele é fundamental a escola se posicionar de forma justa, igualitária e coerente para ambos os casos.

Nessa direção, o trabalho de Cavaleiro (2009) identificou diferenças no tratamento entre casais de alunos homossexuais e heterossexuais, gerando tensões e dando abertura a questionamentos acerca da heteronormatividade imposta e praticada como padrão no ambiente escolar. A autora, evidenciou arranjos sutis para o exercício do controle, da vigilância e da garantia de um cotidiano quase inteiramente heterossexual, pois notou-se por parte de gestores e professores diferentes posicionamentos e atitudes quanto à “autorização” para casais poderem namorar na escola, ou seja, quando se tratava de casais heterossexuais a visão imposta era o da “normalidade”, enquanto para a situação que ocorreu entre duas garotas homossexuais, prevaleceu a “anormalidade”.

Tal discriminação das feminilidades homossexuais ocorreram mediante uma coação peremptória visando ocultação, silenciamento e dissimulação das formas de ver a sexualidade não-heterossexual, impedindo vínculos de amor e de afeto entre as garotas, ou fazendo, mesmo de forma não intencional, parecer errado uma relação homossexual. Assim, para a autora, o processo de socialização da homo (sexualidade) ocorre de forma velada e ambígua interpelando-as para uma experiência discreta, separada, legitimando a transformação de diferenças em desigualdades.

Ainda, S01 relata, espontaneamente, uma situação que lhe ocorreu em sua trajetória de estudante. Tratava-se naquele período da rejeição de alguns professores quanto à discussão das questões da homossexualidade, e acrescenta que uma das professoras, especificamente de Biologia, em uma de suas aulas contextualizou o quanto é imundo a prática homossexual, por exemplo, um menino introduzir o pênis no ânus de outro menino, enfatizando o alto risco de contaminação à saúde dos seres humanos. Com isso, na visão deste participante, tal

mensagem subliminar instaurou um clima de ameaça e medo entre os alunos de se tornarem homossexuais, além de manifestar estranheza e total rejeição na relação pênis x ânus, principalmente se esse ânus for de um homem, dando a impressão que se fosse num ânus feminino, possivelmente, a contaminação seria menor ou nem existiria. Portanto, S01 propõe que a escola deve se atrever a tratar dessas temáticas de uma forma propositada, organizada e bem planejada, a fim de estimular amplo debate e com isso contribuir com a inibição de práticas preconceituosas contra pessoas homossexuais.

No que tange a visão estereotipada dos homossexuais, a pesquisa de Santos, Lima e Mendonça (2009) mostra que as pessoas enxergam os homossexuais com alto nível de estranhamento, com um sentimento de inadequação, associando a homossexualidade à anormalidade, ao diferente, a imagens negativas, a promiscuidade, ao pecado imperdoável e abominável por Deus. Tal associação indica que a representação social das atividades homossexuais surgida na Idade Média, ainda hoje, permanece nas práticas e atitudes sociais. Assim, a visão do outro em relação à homossexualidade, de modo geral, é vista e sentida como flagrantemente negativa.

Verificamos que vários são os fatores que podem gerar tais constrangimentos: o profissional convidado pela escola a realizar a discussão sobre o tema, precisa ser e estar preparado e, sobretudo ter conhecimentos para fazer a abordagem adequada. Por se tratar ainda de um tema tabu para muitas pessoas, devemos considerar respeitosamente os preceitos religiosos, ideológicos, científicos e sociais.

“Falta conscientização das pessoas” (P01)

“Dependendo da abordagem pode sim ser constrangedor, portanto o tema deve ser abordado com muita responsabilidade” (P04)

“Talvez, pois os pais de alunos podem temer que seus filhos se tornem homossexuais” (P12)

“Fatores como religião, criação dos pais e ideologia possivelmente podem gerar constrangimentos tanto em alunos, professores, pais e gestores” (P14)

“Por mais que o tema igualdade, respeito a diversidade serem importantes para a formação integral dos alunos, percebo ainda que existem incômodos sobre o assunto dentro da escola e em toda a sociedade” (P28)

“Os mais jovens (alunos) aceitam melhor sobre esse assunto do que nós os mais velhos (professores)” (P34)

De acordo com uma pesquisa do Instituto Datafolha sobre homossexualidade, 74% dos brasileiros dizem aceitar a homossexualidade, enquanto 18% pensam que a homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade, e 8% não opinaram sobre o tema. Foram entrevistados na ocasião 9.173 pessoas, de 16 anos ou mais, em 342 municípios do país, nos dias 24 e 25 de outubro de 2018, durante o período eleitoral.

Em consonância com a narrativa do P34, segundo essa mesma pesquisa do Instituto Datafolha (2018), dentre os jovens, na faixa etária de 16 a 44 anos, 85% declaram ter mais aceitação à ideia de que a homossexualidade deve ser aceita por todos, 12% consideram que a homossexualidade deve ser desencorajada e apenas 3% não opinaram.

Já o público mais velho, acima de 45 anos, 64% aceitam a homossexualidade, 24% desconsideram a homossexualidade e 12% não souberam ou não quiseram opinar. Portanto, verifica-se que as representações dos participantes desta pesquisa, vão ao encontro da pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (2018) em que as pessoas mais jovens tendem a lidar melhor com as questões da homossexualidade, quando comparadas aos mais idosos.

Em complemento, a interpretação que S02 faz do termo “constrangimento” nos remete ao sentido ora de desconforto ora de desentendimento. Assim, na sua perspectiva cada vez menos os alunos presentes nas 223 ETEC’s do Centro Paula Souza têm demonstrado algum tipo de constrangimento em relação as temáticas de gênero e sexualidade no ambiente escolar. O maior número de alunos matriculados está na faixa etária entre 14 a 17 anos, ou seja, são adolescentes. Todavia, segundo S02, esses desconfortos não são identificados em atitudes e ações dentro das ETEC’s, isso se deve possivelmente à facilidade de acesso à informação, pela mudança de paradigmas relacionada à diversidade humana, pois a tendência é que esses assuntos sejam encarados naturalmente pela comunidade escolar. Evidentemente, no que tange à homossexualidade dos discentes existem alguns casos isolados de desentendimentos em algumas ETEC’s, mas de um modo geral percebe-se que a paz, o respeito e a tolerância tem prevalecido.

Ainda nesse contexto, S02 alude que por meio de sua vivência pedagógica os constrangimentos desta natureza, são mais perceptíveis entre as pessoas de idade mais elevada, principalmente, entre os professores, conforme já discutido na pesquisa do Instituto Datafolha e do posicionamento de P34. Tais professores, apresentam bagagens políticas, culturais, sociais, de crenças, de costumes e tradições pautadas no conservadorismo, por isso,

segundo S02, a incidência de constrangimentos relacionados à homossexualidade é maior. Na visão desse participante, os motivos desses constrangimentos, supostamente, são devido à falta de conhecimento mais aprofundado sobre essas temáticas. Assim, é notório a necessidade de formação docente no que concerne à diversidade sexual, pois a informação, o conhecimento e a educação, são os melhores caminhos para construir um ambiente de trabalho harmonioso e produtivo.

Considerando a necessidade urgente de debater sobre as diversidades na Educação, Louro (2014) e Santos & Santos (2019) manifestam a pouca atenção que tem sido dispensada às perspectivas não heteronormativas no campo formativo. Em grande parte, para os autores, a formação docente em diversidade sexual tem sido comprometida e/ou impedida em função de investimento ativo de um grupo conservador, majoritariamente, com ideais religiosos fundamentalistas que se opõem aos direitos humanos e as agendas inclusivas na educação. Assim, pensar na formação docente, é imprescindível investir em abordagens que não excluam perspectivas das minorias sexuais.

Segundo Santos & Santos (2019) apesar do pouco investimento que, visivelmente, se faz sobre diversidade sexual na formação inicial docente, é preciso desarticular as discussões sobre sexualidade de uma visão unicamente biologizante, fundamentada pelos conservadores religiosos, caso contrário não haverá avanços na formação docente em diversidade sexual e campos correlatos, questionando o conhecimento científico acumulado e criminalizando profissionais ao mesmo tempo em que se utiliza de falácias, engodos e falsa neutralidade política.

Diante disso, entendemos que apesar dos jovens de hoje terem mais oportunidade para discutir sobre homossexualidade, ter acesso a diversas fontes de informação. Ainda assim, existem risos, gozações e reprimendas que acompanham a maioria das manifestações verbais que envolvam a homossexualidade, que é vista como algo fora dos padrões ditos normais da sexualidade, como a preservação da espécie. Daí costuma-se taxá-la de perversão, ou seja, uma prática sexual contra os padrões da natureza. Tem-se atualmente muita informação sobre sexualidade, mas pouca possibilidade para que os indivíduos a elabore e a transforme em conhecimento. Corroboramos com Louro (2014) que o preconceito e a desinformação, de uma certa forma, estão impregnados tanto no corpo discente quanto no quadro docente. E é difícil promover tais discussões se a escola não estiver aberta para esta realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que estamos vivendo numa era em que a informação flui pelos meios de comunicação livre e dinamicamente, mas em que muitas vezes há uma tendenciosidade e má interpretação de dados científicos por parte das pessoas, que proliferam com irresponsabilidade o preconceito e a desinformação contra os homossexuais. O tema, por ser ainda um tabu, gera polêmicas e atritos em diversos segmentos da sociedade. Isso é um reflexo de uma sociedade pouco informada e que constantemente mistura fatos, provindos de dados científicos, com uma política alimentada por tendências e opiniões partidárias, ideológicas e pessoais. Portanto, estimular a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas, favorecem a formação integral dos alunos.

É notória a dificuldade dos (as) professores (as) em abordar temáticas relacionadas à gênero e sexualidade, seja em sala de aula, ou até mesmo desenvolver projetos interdisciplinares e integradores envolvendo assuntos correlatos. Diante disso, acreditamos ser fundamental que tais temas precisam ser incluídos nos currículos das formações iniciais de professores e sobretudo estimular que a diversidade, de um modo geral, seja debatida por meio de formações continuadas.

Portanto, verifica-se que estas questões relacionadas a gênero e sexualidade e, especificamente a homossexualidade pode ser manifestada em diversos espaços públicos ou privados, inclusive na escola. Assim, discussões sobre essas diferentes terminologias conceituais não servem somente para identificar as características da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT), mas também para ampliar o entendimento sobre o universo homossexual, além de responder de maneira adequada às dúvidas e questionamentos dos alunos, pais, funcionários de escola e professores. Portanto, acreditamos que a escola seja o melhor ambiente social e político para se discutir sobre diversidade sexual, pois possibilita uma maior conscientização das crianças, jovens e adolescentes quanto a importância do respeito mútuo para se viver em sociedade, minimizando as cruéis consequências da discriminação e do preconceito.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. C. H.; CENTA, M. L. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. **Acta Paul Enferm.** 22(1), 2009, p. 71 - 76.

ANDRADE, C. P. **Concepções sobre a diversidade de Orientações sexuais veiculadas nos livros didáticos e paradidáticos de Ciências e Biologia.** 2004. 244f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições 70, 2016.

BARRETO, M. I.; ARAÚJO, M. I. O. Professores e Professoras de Ciências de Aracajú – SE frente à Homossexualidade. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, Jan./Abr. 2016, p. 157-176.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas:** Guia para a formação de profissionais de saúde e de educação. Brasília, 2007.

BRASIL. Lei nº 12852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 ago. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)>. Acesso em 07 ago. 2019.

CARVALHO, M. C.; SÍVORI, H. F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500017.pdf>>. Acesso em: 14 ago 2019.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade.** Brasília: UNESCO. Brasil, 2004.

CAVALEIRO, M. C. **Feminilidades homossexuais no ambiente escolar: ocultamentos e discriminações vividas por garotas.** 2009. 217f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2009.

CENTRO LATINO-AMERICANO/IMS/UERJ. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/ES em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Caderno de atividades.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma Epistemologia. **Educar**, n. 35, Curitiba: Editora UFPR, 2009, p. 37-51.

DATAFOLHA, Instituto. **Pesquisa de opinião sobre a homossexualidade.** 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/para-74-homossexualidade-deve-ser-aceita-pela-sociedade-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2020.

FOUCAULT, M.. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2007.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade: O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 41-52.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MOTT, L. **Homossexualidade: mitos e verdades.** Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia, 2003.

NJAIANE, K.. A construção das representações de gênero e da homossexualidade na escola, na família e na mídia. **Ciência e Saúde Coletiva.** vol. 16, no. 10, 2011, p. 39 – 49.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B; MAIO, E. R. **Opção ou Orientação Sexual: onde reside a homossexualidade,** 2013. Disponível em: < [http://www.sies.uem.br/anais/pdf/diversidade\\_sexual/3-02.pdf](http://www.sies.uem.br/anais/pdf/diversidade_sexual/3-02.pdf)>. Acesso em: 14. ago 2019.

PRADO, V. M. **Entre ditos e não ditos: a marcação social de diferenças de gênero e sexualidade por intermédio das práticas escolares da Educação Física.** 2014. 258 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista – UNESP Júlio de Mesquita Filho – Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2014.

REISS, M. Teaching About Homosexuality and heterosexuality. **Journal of Moral Education**, 26(3), 1997, p. 343 - 352.

SAITO, M. I.; LEAL, M. M. Educação Sexual da escola. **Pediatria** (São Paulo), 22(1), 2000, p. 44 – 48.

SANTOS, M. R.; LIMA, M. E. O.; MENDONÇA, P. F. **Desumanização dos homossexuais: autopercepções e percepções sócias**. 2009. Disponível em: [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XV\\_ENABRAPSO/194.%20desumaniza%C7%C3o%20dos%20homossexuais.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XV_ENABRAPSO/194.%20desumaniza%C7%C3o%20dos%20homossexuais.pdf). Acesso em 14 mar. 2020.

SANTOS; C. F.; SANTOS, R. M. R. Desafios na formação docente em diversidade sexual. **Educação: Teoria e Prática**/ Rio Claro, SP/ v. 29, n.60. Jan-abr 2019, p. 140 – 161.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, R. A.. Sufocamento dentro de um armário, pressão longe do mesmo: relato de experiência em uma escola LGBTTT. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 2, n. 2, 2016, p. 45 – 49.

SIQUEIRA, S. **Contribuições sobre a Temática Diversidade Sexual no Contexto Escolar**. Jaboti, 2012. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2012/2012\\_uenp\\_bio\\_artigo\\_selma\\_de\\_siqueira.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uenp_bio_artigo_selma_de_siqueira.pdf)> Acesso em: 15 ago 2019.

UNESCO. **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Rogério Diniz Junqueira (org). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

WENETZ, I.; STIGGER, M. P.; MEYER, D. E. As (des)construções de gênero e sexualidade no recreio escolar. **Revista Brasileira de Educação física e Esporte**, São Paulo, v. 1, n. 27, jan/mar, 2013, p. 117 – 128.